

O Porto e a Cidade

Os aspectos da
gestão ambiental
e do território

Antônio Tarcísio Correia de Mello

Secretário de Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Vitória

Introdução

Os desafios trazidos pelas reformas portuárias, principalmente aquelas inseridas pela “Lei dos Portos” (nº 8.630/93) ainda não foram vencidos.

15 anos após a publicação dessa Lei, o tema “Gestão Ambiental dos Portos” ainda não foi adequadamente inserido no planejamento portuário. Isso tem gerado ações desarticuladas e reativas, que são fruto da visão de que as normas ambientais são uma ameaça à competitividade dos portos.

Visão

A gestão ambiental portuária ainda está focada na micro-escala, ou seja, gestão dos problemas rotineiros.

Ela deveria estar focada numa macro-escala, a escala da Gestão Costeira, integrada com a Gestão do Território.

Como está a gestão ambiental portuária no mundo?

- A maioria dos portos na União Europeia (83,7%) ainda experimenta dificuldades na implementação dessa gestão. Em 1994, foi criado o Código de Práticas Ambientais dos portos europeus.

Os principais desafios identificados foram:

- os custos envolvidos;
- o fato da proteção ambiental não ser considerada prioridade;
- a multiplicidade de agências responsáveis pela proteção ambiental;
- a falta de informação e orientação sobre a legislação ambiental e treinamento; e
- somente 21% dos portos tem um sistema de gestão ambiental e 31% publica um Relatório Ambiental Anual

Fonte : EUROPEAN SEA PORTS ORGANISATION – ESPO.

ESPO ENVIRONMENTAL SURVEY 2004.

Review of European Performance in Port Environmental Management. Apr. 2005.

O Panorama Brasileiro

- Imensos passivos ambientais e estruturais e ativos continuamente criados;
- Marco regulatório extenso e esparso, variando desde as convenções internacionais ratificadas até a legislação nacional e políticas públicas estabelecidas em diferentes níveis (principalmente federal e estadual). Muitas dessas políticas refletem a internalização dos acordos internacionais;
- Ausência de condições de infra-estrutura, recursos financeiros, tecnologias e pessoal capacitado, tanto por parte dos regulados (o setor portuário), quanto por parte dos reguladores (órgãos públicos intervenientes).

Convenções Internacionais

- Convenção SOLAS — Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1974;
- Convenção Marpol 73/78 — Convenção (e anexos) para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, promulgada pelo Decreto no 2.508/98;
- Convenção "Maritime Dangerous Goods Code" — Convenção da Organização Marítima Internacional (IMO), que regulamenta o manuseio, estocagem, simbologia e cuidados com produtos considerados perigosos pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- Convenção da Basileia de 1989 – dispõe sobre o controle e movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua respectiva eliminação, promulgada pelo Decreto Legislativo no 34/92;
- Convenção sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Oleo — OPRC de 1990; e
- Convenção para o Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Embarcações – elaborada pela IMO em 2004.

Principais conformidades legais brasileiras

- Licenças de operação (LO);
- Licenciamento de dragagem;
- Instalação de unidades de Gestão Ambiental;
- Plano de Emergência Individual (PEI) e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Auditoria Ambiental;
- Programa de gerenciamento de riscos;
- Plano de controle de emergência e programa de prevenção de riscos ambientais; e
- Controle e monitoramento ambiental.

Problemas de Governança ⁽¹⁾

- Superposição de competências e predomínio de enfoques parciais (setoriais) em questões ambientais, de gerenciamento costeiro e de desenvolvimento regional.
- Os diversos órgãos reguladores têm dificuldades para compatibilizar suas agendas de trabalho e de integrar políticas e ações;
- Visões conflitantes do funcionamento do sistema portuário e das causas e soluções para os problemas ambientais ali gerados;

Problemas de Governança ^[2]

- A inconsistência das ações de regulação, que variam de porto a porto, de acordo com características locais;
- Falta de uma política nacional para o setor, aplicada de forma harmônica em todos os portos, respeitando as características específicas de cada sítio portuário. Cada sítio exige diferentes estratégias de gestão;
- Grande quantidade de órgãos governamentais regulando a atividade portuária, distribuídos em vários ministérios e com funções não claramente definidas. Isso tem gerado superposição de competências e enfoques não integrados de gestão.

Princípios Norteadores

- Proteger a comunidade e o ambiente local dos impactos portuários negativos;
- Utilizar as melhores tecnologias disponíveis para minimizar os impactos portuários e explorar novas soluções tecnológicas;
- Promover a sustentabilidade nas ações relacionadas à instalação e operação dos terminais;
- Distinguir o porto como um líder ambiental e de cumprimento da legislação;
- Engajar e educar a comunidade sobre o desenvolvimento do porto e seus programas ambientais.

Perspectivas da gestão ambiental portuária

- A área portuária;
- A interface porto-navio; e
- A área marítima fora do espaço portuário.

Considerações Finais

- O panorama apresentado pela agência reguladora (Antaq, 2004) mostra que 90% das autoridades portuárias já tem algum tipo de unidade ambiental, o que é um bom indicador da gestão ambiental em termos administrativos;
- Falta estabelecer parâmetros confiáveis de acompanhamento de resultados, para podermos considerar que temos uma gestão ambiental portuária estruturada e em pleno funcionamento;
- Constituição de Consórcio Público (Art. 241/CF.88) para a integração dos entes federativos voltados para a gestão ambiental portuária e fortalecimento da governança.

CIDADE DE VITÓRIA



VITÓRIA - ZONA PORTUÁRIA



VITÓRIA – ENTRADA DA BAÍA



VITÓRIA- 3ª PONTE



VITÓRIA

- RELAÇÃO PORTO CIDADE
- INICIATIVAS – Pontuais
 - Cessão de área para construção de ciclovias
 - Cessão de armazém para Casa Porto: local de espetáculo no centro da cidade, turismo receptivo de navios cruzeiros.

- **ESTAÇÃO PORTO**



ESTAÇÃO PORTO



ESTAÇÃO PORTO



ESTAÇÃO PORTO



ESTAÇÃO PORTO



TURISMO RECEPTIVO DE CRUZEIROS



TURISMO RECEPTIVO DE CRUZEIROS



PROBLEMAS

- O Porto não existe de forma integrada a vida da cidade.
- O Porto funciona como uma entidade independente à lógica da cidade.
- Falta sinergia na construção coletiva do futuro da cidade e o futuro do porto.

Antônio Tarcísio Correia de Mello
Secretaria de Meio Ambiente de Vitória
atcmello@vitoria.es.gov.br

Muito Obrigado